



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

A C Ó R D ã O Nº 7.677

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 18.839.2007-20-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria Extraordinária de Esporte do Estado do Acre, exercício de 2006.
RESPONSÁVEL: Senhor **José Alício Martins da Silva**
RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Secretaria Extraordinária de Esporte do Estado do Acre. Falhas formais. Divergência entre o saldo apurado nos extratos bancários e conciliações bancárias e o demonstrado no balanço financeiro. Irregularidade. Condenação. Ressarcimento dos valores não confirmados nos extratos bancários e na conciliação bancária. Aplicação de multa. Cientificação ao atual responsável. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) considerar irregular** a Prestação de Contas da Secretaria Extraordinária de Esporte do Estado do Acre, exercício orçamentário e financeiro de 2006, de responsabilidade do Senhor **José Alício Martins da Silva** – Secretário de Estado à época –, com fulcro no inciso III do art. 51 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em razão da existência de falhas formais e da divergência entre o saldo apurado nos extratos bancários e conciliações bancárias e o demonstrado no balanço financeiro, conforme demonstra o relatório técnico (fls. 267 a 284); **2) condenar** o gestor responsável ao ressarcimento dos valores não confirmados nos **extratos bancários** e na **conciliação bancária** na quantia de **R\$ 541.326,93** (quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e três centavos), corrigida monetariamente e acrescida de juros legais até a data do efetivo pagamento, por se tratar de disponibilidades financeiras transferidas para o exercício seguinte sem comprovação por meio dos extratos e conciliações bancários apresentados, nos termos do art. 54 da LCE 38/93; **3) aplicar multa** de 10% sobre o valor a ser devolvido (art. 88 da LCE 38/93); e **4) cientificar** o atual responsável pela Secretaria Extraordinária de Esporte do Estado do Acre para conhecimento do apurado e para que adote providências administrativas para corrigir as impropriedades e deficiências verificadas, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 12 de abril de 2012

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Presidente do TCE/ACRE

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE